

A III Duma contava com duas maiorias: 1) a direita e os outubras = 268 sobre 437; 2) outubristas e liberais = 120 + 115 = 235 e 437. As duas maiorias eram contra-revolucionárias.

(Conforme o texto do jornal *Nevskaia Zvezda*. 10 de maio de 1905, n.º 5. Assinado: V. Ilíne.)

# O ESTADO

## PARTE III

## 8. A SOCIEDADE DE CLASSES E O ESTADO\*

### 1. O Estado, produto de contradições de classes inconciliáveis

Acontece hoje à doutrina de Marx o que aconteceu mais de uma vez na história às doutrinas dos pensadores revolucionários e dos chefes das classes oprimidas em luta para sua libertação. Enquanto os grandes revolucionários estão vivos, as classes de opressores os recompensam com incessantes perseguições; acolhem sua doutrina com o furor mais selvagem, com a raiva mais feroz, com as mais violentas guerras de mentiras e de calúnias. Após sua morte, tentam fazer deles ícones inofensivos, canonicá-los por assim dizer, cercar seus nomes com certa auréola a fim de "consolar" as classes oprimidas e mistificá-las; assim fazendo, esvazia-se sua doutrina revolucionária de seu conteúdo, avilta-se e embota-se o gume revolucionário. É nessa maneira de "acomodar" o marxismo que se juntam hoje a burguesia e os oportunistas do movimento operário. Esquece-se, reprime-se, altera-se o lado revolucionário da doutrina, sua alma revolucionária. Coloca-se em primeiro plano, exalta-se o que é ou parece ser aceitável para a burguesia. Todos os social-chauvinistas são hoje "marxistas" — não exterminio do marxismo, falam cada vez mais de um Marx "nacional-alemão", que teria educado essas associações operárias tão admiravelmente organizadas para conduzir uma guerra de rapina!

Diante dessa situação, diante dessa difusão inaudita das deformações do marxismo, nossa tarefa é, primeiramente, *restabelecer* a doutrina de Marx sobre o Estado. Para isso, é necessário tomar de empré-

\* Reproduzido de LÊNIN, V. I. *L'État et la révolution*. La doctrine marxiste de l'État et les tâches du prolétariat dans la révolution. In: *Œuvres*. Paris/Moscou, Éditions Sociales/Éditions du Progrès, 1970. v. 25, junho/setembro de 1917. p. 417-34.



timo toda uma série de longas citações das próprias obras de Marx e de Engels. Sem dúvida, essas longas citações tornarão mais pesada a exposição e não contribuirão em nada para fazê-la mais popular. Mas é absolutamente impossível dispensá-las. Todas as passagens ou, pelo menos, todas as passagens decisivas das obras de Marx e de Engels sobre o Estado devem ser absolutamente reproduzidas tão completamente quanto possível, para que o próprio leitor possa representar-se o conjunto das concepções dos fundadores do socialismo científico e o desenvolvimento de suas concepções, e também para que sua deformação pelo "kautskismo", hoje predominante, seja demonstrada e evidenciada com documentos comprobatórios.

Começemos pela obra mais propagada de Friedrich Engels: *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, cuja 6.<sup>a</sup> ed. apareceu em Stuttgart em 1894. Precisaremos traduzir as citações segundo os originais alemães, porque as traduções russas, embora muito numerosas, são, na maioria, ou incompletas ou muito defeituosas.

"O Estado", diz Engels tirando as conclusões de sua análise histórica, "não é pois um poder imposto de fora à sociedade; não é, também, a realidade da idéia moral, a imagem e a realidade da razão", como o pretende Hegel. É, antes, um produto da sociedade num estágio determinado de seu desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se embaraça numa insolúvel contradição consigo mesma, tendo se dividido em oposições inconciliáveis que é impotente para conjurar. Mas, para que os antagonistas, as classes de interesses econômicos opostos, não se destruam, elas e a sociedade, numa luta estéril, impõe-se a necessidade de um poder que, colocado aparentemente acima da sociedade, deve esfumar o conflito, mantê-lo nos limites da 'ordem'; e esse poder, nascido da sociedade, mas que se coloca acima dela e torna-se-lhe cada vez mais estranho, é o Estado" (6.<sup>a</sup> ed. alemã, p. 177-78).

Encontra-se expressa aqui, com toda clareza, a idéia fundamental do marxismo sobre o papel histórico e a significação do Estado. O Estado é o produto e a manifestação do fato que as contradições de classes são *inconciliáveis*. O Estado surgiu aí no momento e na medida em que, objetivamente, as contradições de classes *não podiam* ser conciliadas. E inversamente: a existência do Estado prova que as contradições de classes são *inconciliáveis*.

É precisamente nesse ponto essencial e capital que começa a deformação do marxismo, deformação que segue duas linhas principais. De um lado, os ideólogos burgueses e, sobretudo, pequeno-burgueses, obrigados sob a pressão de fatos históricos incontestáveis a reco-

nhecer que o Estado só existe onde existem as contradições de classes e a luta das classes, "corrigem" Marx de tal maneira que o Estado aparece como um órgão de *conciliação* das classes. Segundo Marx, o Estado não poderia nem surgir, nem se manter, se fosse possível a conciliação das classes. Segundo os professores e publicistas pequeno-burgueses e filisteus — que se referem abundante e complacentemente a Marx! — o Estado tem precisamente por papel conciliar as classes. Segundo Marx, o Estado é um organismo de *dominação* de classe, um organismo de *opressão* de uma classe por outra; é a criação de uma "ordem" que legaliza e consolida essa opressão, moderando o conflito das classes. Segundo a opinião dos políticos pequeno-burgueses, a ordem é precisamente a conciliação das classes, e não a opressão de uma classe por outra; moderar o conflito é conciliar, e não retirar alguns meios e processos de combate das classes oprimidas em luta para a ruína dos opressores.

Assim, na revolução de 1917, quando o problema da significação e do papel do Estado se coloca, praticamente, em toda sua extensão, como um problema de ação imediata e, mais do que isso, de ação de massa, socialistas-revolucionários e mencheviques voltaram-se todos, de um só golpe e sem reserva, para a teoria pequeno-burguesa da "conciliação" das classes pelo "Estado". Inumeráveis resoluções e artigos de homens políticos desses dois partidos estão impregnados com essa teoria pequeno-burguesa e filistéia da "conciliação". A democracia pequena-burguesa jamais pôde compreender que o Estado seja o organismo de dominação de determinada classe, que *não pode* ser conciliada com seu antípoda (com a classe que lhe é oposta). A atitude que nossos socialistas-revolucionários e nossos mencheviques observam para com o Estado é uma das provas mais evidentes de que eles não são socialistas (o que nós, bolcheviques, sempre demonstramos), mas democratas pequeno-burgueses com fraseologia pseudo-socialista.

De outro lado, há a deformação "kautskista" do marxismo, que é muito mais sutil. "Teoricamente" não se contesta nem que o Estado seja um organismo de dominação de classes, nem que as contradições de classes sejam *inconciliáveis*. Mas perde-se de vista ou esfumaça-se o seguinte fato: se o Estado se origina do fato de que as contradições de classes são *inconciliáveis*, se é um poder colocado *acima* da sociedade e que "se lhe torna *cada vez mais estranho*", está claro que a libertação da classe oprimida é impossível, não somente sem uma revolução violenta, *mas também sem a supressão do aparelho do poder de Estado*, que foi criado pela classe dominante e no qual está materializado esse



caráter “estranho”. Esta conclusão, teoricamente clara por si mesma, Marx a tirou com perfeita precisão, como veremos adiante, da análise histórica concreta das tarefas da revolução. E é precisamente essa conclusão que Kautsky — nós o mostraremos detalhadamente no decorrer de nossa exposição — ... “esqueceu” e desnaturalizou.

## 2. Destacamentos especiais de homens armados, prisões, etc.

(...) “Com relação à antiga organização gentilícia” — prossegue Engels — “o Estado se caracteriza, em primeiro lugar, pela divisão de seus membros *segundo o território*. (...)”

Essa divisão nos parece “natural”, mas ela necessitou de uma luta de muito fôlego contra a antiga organização por tribos ou por clãs.

“(...) Em segundo lugar vem a instituição de uma *força pública* que não coincide mais diretamente com a população que se organiza a si própria como *força armada*. Esta força pública particular é necessária, porque se tornou impossível, desde a separação em classes, uma organização armada autônoma da população. (...) Esta força pública existe em cada Estado; não se compõe somente de homens armados, mas também de anexos materiais, de prisões e de estabelecimentos penitenciários de todas as espécies, que a sociedade gentilícia ignorava. (...)”

Engels desenvolve a noção dessa “força” que se chama Estado, força nascida da sociedade, mas que se coloca acima dela e torna-se-lhe cada vez mais estranha. Em que consiste principalmente essa força? Em destacamentos especiais de homens armados, dispendo de prisões, etc.

Temos o direito de falar de destacamentos especiais de homens armados, porque a força pública própria de todo Estado “não coincide mais diretamente” com a população armada, com a “organização armada autônoma da população”.

Como todos os grandes pensadores revolucionários, Engels tem o cuidado de chamar a atenção dos operários conscientes precisamente para o que aparece, para o filisteísmo dominante, como a coisa menos digna de reter a atenção, a mais costumeira e consagrada por preconceitos não somente tenazes, mas, poder-se-ia dizer, petrificados. O exército permanente e a polícia são os principais instrumentos da força do poder de Estado; mas, como poderia ser de outra forma?

Para a imensa maioria dos europeus do fim do século XIX, aos quais Engels se dirigia e que não tinham vivido nem observado de perto nenhuma grande revolução, não podia proceder de outro modo. Não compreendiam, de maneira alguma, o que era a “organização armada autônoma da população”. A questão de saber porque apareceu a necessidade de destacamentos especiais de homens armados (polícia, exército permanente), colocados acima da sociedade e tornando-se-lhe estranhos, os filisteus dos países da Europa ocidental e da Rússia são inclinados a responder com duas ou três frases emprestadas de Spencer ou de Mikhaïlovski, lembrando a complicação crescente da vida social, a diferenciação das funções, etc. ...

Essa lembrança tem uma aparência “científica”; ilude admiravelmente o vulgar encobrindo o principal, o essencial: a separação da sociedade em classes irremediavelmente hostis.

Sem essa separação, a “organização armada autônoma da população” se distinguiria, por sua complexidade, pelo nível elevado de sua técnica, etc., da organização primitiva de um bando de macacos que se armam com bastões, ou da de homens primitivos ou associados em clãs, mas ela seria possível.

Ela é impossível porque a sociedade civilizada está cindida em classes hostis e, de mais a mais, irremediavelmente hostis, cujo armamento “autônomo” acarretaria uma luta armada entre elas. O Estado se forma; cria-se uma força especial, destacamentos especiais de homens armados, e cada revolução, destruindo o aparelho do Estado, mostra-nos, da maneira mais evidente, a luta de classe toda nua, como a classe dominante se esforça por reconstituir os destacamentos especiais de homens armados que a serviam, e como a classe oprimida se esforça por criar uma nova organização desse gênero, capaz de servir não aos exploradores, mas aos explorados.

Na passagem citada, Engels coloca teoricamente o problema que toda grande revolução nos coloca praticamente, concretamente e em escala de uma ação de massa, a saber: o problema das relações entre os destacamentos “especiais” de homens armados e a “organização armada autônoma da população”. Veremos como esse problema é concretamente ilustrado pela experiência das revoluções européias e russas.

Mas voltemos à exposição de Engels.

Ele mostra que, às vezes, em certas regiões da América do Norte, por exemplo, essa força pública é fraca (trata-se — exceção muito rara na sociedade capitalista — daquelas regiões da América do Norte



em que, no período pré-imperialista, predominava o colono livre), mas que, de maneira geral, ela se reforça:

“(…) Ela se reforça na medida em que as contradições de classes se acentuam no interior do Estado e na medida em que os Estados limítrofes tornam-se maiores e mais povoados; consideremos antes nossa Europa atual, em que a luta das classes e a rivalidade de conquistas fizeram crescer a tal ponto a força pública, que ameaça devorar toda a sociedade, e mesmo o Estado (…).”

Estas linhas foram escritas, o mais tardar, no início dos anos 90. O último prefácio de Engels está datado de 16 de junho de 1891. Nessa época, a transformação operada na direção do imperialismo — dominação absoluta dos trustes, poder soberano dos grandes bancos, grande política colonial, etc. —, acabava de se iniciar na França; ele mal se anunciava na América do Norte e na Alemanha. Depois, a “rivalidade de conquistas” deu um passo de gigante, tanto mais que, após 1910, o globo se encontrou definitivamente dividido entre esses “conquistadores rivais”, isto é, entre as grandes potências espoliadoras. Os armamentos militares e navais, desde então, cresceram desmesuradamente, e durante a guerra de rapina de 1914-1917 para a dominação da Inglaterra ou da Alemanha sobre o mundo, para a divisão da presa, um poder de Estado rapace “devorou” todas as forças da sociedade a tal ponto que nos achamos no limiar de uma catástrofe total.

Engels soube mostrar, desde 1891, que a “rivalidade de conquistas” era um dos principais traços distintivos da política exterior das grandes potências, enquanto que em 1914-1917, num momento em que essa mesma rivalidade, enormemente agravada, engendrou a guerra imperialista, os tratantes do social-chauvinismo camuflam a defesa dos interesses espoliadores de “sua” burguesia com frases sobre a “defesa da pátria”, “a defesa da república e da revolução”, etc.!

### 3. O Estado, instrumento de exploração da classe oprimida

Para manter uma força pública especial, colocada acima da sociedade, são necessários impostos e uma dívida pública.

“(…) Dispondo da força pública e do direito de fazer com que os impostos sejam pagos” — escreveu Engels — “os funcionários, como órgãos da sociedade, são colocados *acima* da sociedade. A livre estima que se testemunhava voluntariamente aos órgãos da organização gentílica não lhes é suficiente, mesmo supondo-se que poderiam gozar dela. (...) É necessário assegurar sua autoridade por leis de exceção, graças

às quais gozam de santidade e de inviolabilidade particulares. O mais vil policial (...) tem mais ‘autoridade’ que todos os organismos reunidos da sociedade gentílica; mas o maior chefe militar da civilização pode invejar no menor chefe gentílico a estima espontânea e incontestada de que gozava (...).”

O problema da situação privilegiada dos funcionários enquanto órgãos do poder do Estado, encontra-se assim colocado. O essencial é saber o que os coloca *acima* da sociedade. Veremos como esse problema de teoria foi resolvido na prática pela Comuna de Paris, em 1871, e esfumada segundo um espírito reacionário por Kautsky, em 1912.

“(…) Como o Estado nasceu da necessidade de refrear oposições de classes, mas como ele nasceu, ao mesmo tempo, no meio do conflito dessas classes, ele é, em regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da que domina do ponto de vista econômico e que, graças a ele, torna-se também classe politicamente dominante e adquire assim novos meios para subjugar e explorar a classe oprimida (...). Não só o Estado antigo e o Estado feudal foram os órgãos da exploração dos escravos e dos servos, mas o Estado representativo moderno é o instrumento da exploração do trabalho assalariado pelo capital. Excepcionalmente, apresentam-se, entretanto, períodos em que as classes em luta estão tão perto de se equilibrar que o poder do Estado, como pseudo-mediador, guarda, por um tempo, uma certa independência com relação a uma e a outra! (...) Tal a monarquia absoluta dos séculos XVII e XVIII, tal o bonapartismo do Primeiro e do Segundo Império na França, tal Bismarck na Alemanha.”

Tal, juntaremos, o governo Kerenski na Rússia republicana, após ter começado a perseguir o proletariado revolucionário, em um momento em que os soviets, em virtude de serem dirigidos por democratas pequeno-burgueses, já são impotentes, enquanto a burguesia não é *ainda* bastante forte para dissolvê-los pura e simplesmente.

“Na república democrática” — prossegue Engels — “a riqueza exerce seu poder de maneira indireta, mas muito mais segura”, a saber: primeiramente, pela “corrupção direta dos funcionários” (América); em segundo lugar, pela “aliança do governo e da Bolsa” (França e América).

Atualmente, nas repúblicas democráticas, quaisquer que sejam, o imperialismo e a dominação dos bancos “desenvolveram”, até fazer disso uma arte pouco comum, esses dois meios de defender e de utilizar o poder soberano da riqueza. Se, por exemplo, desde os primeiros meses da república democrática da Rússia, durante a lua-de-mel, poder-se-ia dizer, do casamento dos “socialistas” revolucionários e mencheviques



com a burguesia no seio do governo de coalisão, o Sr. Paltchinski sabo-  
tou todas as medidas que visavam jugular os capitalistas e refrear suas  
exações, sua pilhagem do Tesouro através dos fornecimentos militares;  
e se, em seguida, o Sr. Paltchinski, que saiu do ministério (e foi substi-  
tuído naturalmente por um outro Paltchinski bastante semelhante), foi  
“gratificado” pelos capitalistas com uma sinecura que comportava um  
vencimento de 120 000 rublos por ano, o que seria tudo isso? Corrup-  
ção direta ou indireta? Uma aliança do governo com os sindicatos  
capitalistas, ou “somente” relações amigáveis? Que papel desempenham  
os Tchernov e os Tsérétli, os Avksentiev e os Skobélev? São os aliados  
“diretos” ou somente indiretos dos milionários dilapidadores dos dinhei-  
ros públicos?

A onipotência da “riqueza” é *mais segura* na república democrá-  
tica e pela razão, ainda, de que ela não depende de tal lacuna do meca-  
nismo político, nem das imperfeições do envoltório político do capita-  
lismo. A república democrática é a melhor forma política possível do  
capitalismo; da mesma maneira o capital, após apoderar-se dela (por  
intermédio dos Paltchinski, Tchernov, Tsérétli e C.<sup>ia</sup>), estabelece seu  
poder tão solidamente, tão seguramente, que este não pode ser abalado  
por *nenhuma* mudança de pessoas, de instituições ou de partidos na  
república democrática burguesa.

É preciso notar ainda que Engels é completamente categórico  
quando qualifica até o sufrágio universal como instrumento de domi-  
nação da burguesia. O sufrágio universal, diz, levando manifestamente  
em conta a longa experiência da social-democracia alemã, é:

“o índice que permite medir a maturidade da classe operária. Não  
pode ser nada mais, e jamais será algo mais no Estado atual.”

Os democratas pequeno-burgueses, tais como nossos socialistas-  
-revolucionários e nossos mencheviques, da mesma maneira que seus  
irmãos gêmeos, todos os social-chauvinistas e oportunistas da Europa  
ocidental, esperam precisamente algo “mais” do sufrágio universal. Eles  
compartilham e inculcam no povo essa idéia falsa de que o sufrágio  
universal, “no Estado atual”, é realmente capaz de traduzir a vontade  
da maioria dos trabalhadores e assegurar-lhe a realização.

Não podemos aqui fazer mais que repelir essa idéia falsa, indican-  
do simplesmente que a declaração absolutamente clara, precisa e con-  
creta de Engels é alterada a cada instante na propaganda e na agitação  
dos partidos socialistas “oficiais” (isto é, oportunistas). A continuação  
de nossa exposição das concepções de Marx e de Engels sobre o Estado

“atual” explica, minuciosamente, toda a falsidade da concepção que re-  
futa aqui Engels.

Eis em quais termos este dá, em sua obra mais popular, o resumo  
geral de suas concepções:

“O Estado não existe, pois, desde toda eternidade. Houve sociedades  
que se saíram muito bem sem ele, que não tinham nenhuma idéia do  
Estado e do poder de Estado. Em certo estágio do desenvolvimento  
econômico, que estava necessariamente ligado à divisão da sociedade  
em classes, essa divisão fez do Estado uma necessidade. Aproximamo-  
-nos agora, a passos rápidos, de um estado de desenvolvimento da  
produção no qual a existência dessas classes não só deixou de ser uma  
necessidade, mas torna-se um obstáculo positivo para a produção. Essas  
classes cairão, tão inevitavelmente quanto surgiram outrora. O Estado  
cai inevitavelmente com elas. A sociedade, que reorganizará a produção  
com base numa associação livre e igualitária dos produtores, relegará  
toda a máquina do Estado ao lugar que será doravante seu: ao museu  
das antiguidades, ao lado da roda de fiar e do machado de bronze.”

Essa citação não é encontrada freqüentemente na literatura de pro-  
paganda e de agitação da social-democracia contemporânea. Mas, mes-  
mo quando é encontrada, é reproduzida quase sempre como se se  
quisesse inclinar-se diante de um ícone, isto é, prestar oficialmente  
homenagem a Engels sem o menor esforço de reflexão sobre a extensão  
e a profundidade da revolução que essa “releição de toda a máquina  
do Estado ao museu das antiguidades” implica. Na maior parte das  
vezes, parece que nem mesmo se compreende o que Engels quer dizer  
por máquina do Estado.

#### 4. “Extinção” do Estado e revolução violenta

As fórmulas de Engels sobre a “extinção” do Estado gozam de tão  
grande notoriedade, são tão freqüentemente citadas, colocam tão bem  
em relevo o que faz o próprio fundo da falsificação habitual do marxis-  
mo acomodado à maneira oportunista, que é necessário nos determos  
um pouco mais aqui. Citemos inteiramente a passagem de onde são  
tiradas:

“O proletariado se apodera do poder de Estado e transforma os meios  
de produção primeiramente em propriedade do Estado. Mas, devido a  
isso, ele se suprime a si mesmo enquanto proletariado, ele suprime  
todas as diferenças de classe e oposições de classes e igualmente o  
Estado enquanto Estado. A sociedade anterior, evoluindo através de



oposições de classes, tinha necessidade do Estado, isto é, em cada caso, de uma organização da classe exploradora para manter suas condições exteriores de produção, sobretudo, pois, para manter pela força a classe explorada nas condições de opressão dadas pelo modo de produção existente (escravidão, servidão, assalariado). O Estado era o representante oficial de toda a sociedade, sua síntese em um corpo visível, mas isso só o era na medida em que era o Estado da classe que, por sua vez, representava ela mesma toda a sociedade: na antiguidade, o Estado dos cidadãos proprietários de escravos; na Idade Média, da nobreza feudal; em nossa época, da burguesia. Quando ele acabou por se tornar efetivamente o representante de toda a sociedade, ele próprio fica supérfluo. Desde que não há mais classe social para conservar-se sob opressão; desde que, com a dominação de classe e a luta pela existência individual motivada pela anarquia anterior da produção, são eliminados igualmente as colisões e os excessos que daí resultam, não há mais nada a reprimir que torne necessário um poder de repressão, um Estado. O primeiro ato no qual o Estado aparece realmente como representante de toda a sociedade — a tomada de posse dos meios de produção em nome da sociedade — é, ao mesmo tempo, seu último ato próprio enquanto Estado. A intervenção de um poder de Estado nas relações sociais torna-se supérflua num domínio após outro, e entra naturalmente em letargia. O governo das pessoas dá lugar à administração das coisas, à direção das operações de produção. O Estado não é “abolido”; *ele se extingue*. Eis o que permite julgar a frase oca sobre o “Estado popular livre”, tanto do ponto de vista de sua justificação temporária como meio de agitação, como do ponto de vista de sua insuficiência definitiva como idéia científica; e julgar igualmente a reivindicação dos que se chamam anarquistas, segundo a qual o Estado deve ser abolido da noite para o dia” (*Anti-Dühring*, “O Senhor E. Dühring Revoluciona a Ciência”, 3.ª ed. alemã. P. 301-03).

Pode-se dizer, sem medo de erro, que esse raciocínio de Engels, tão notável por sua riqueza de pensamento, não deixou, nos partidos socialistas atuais, outro traço de pensamento socialista do que a noção de que o Estado “se extingue”, segundo Marx, contrariamente à doutrina anarquista da “abolição” do Estado. Truncar assim o marxismo é reduzi-lo ao oportunismo; pois, segundo tal “interpretação”, só resta a vaga idéia de uma mudança lenta, igual, gradual, sem saltos nem tempestades, sem revolução. A “extinção” do Estado, na concepção corrente, geralmente difundida nas massas, é, sem nenhuma dúvida, o esvaziamento, senão a negação, da revolução.

Ora, semelhante “interpretação” é apenas uma deformação das mais grosseiras do marxismo, vantajosa unicamente para a burguesia e

teoricamente fundamentada no esquecimento das circunstâncias e das considerações essenciais indicadas, por exemplo, nas “conclusões” de Engels, que reproduzimos por extenso.

1.º) No início de seu raciocínio, Engels diz que, ao tomar posse do poder de Estado, o proletariado “suprime assim o Estado enquanto Estado”. “Não temos o costume” de refletir sobre o que isso significa. Ordinariamente, ou desconhece-se completamente seu sentido, ou então vê-se aí, da parte de Engels, algo como uma “fraqueza hegeliana”. Na realidade, essas palavras exprimem, em síntese, a experiência de uma das maiores revoluções proletárias, a experiência da Comuna de Paris de 1871, da qual falaremos mais longamente no lugar apropriado. Engels fala aqui da “supressão”, pela revolução proletária, do Estado *da burguesia*, enquanto que o que diz da “extinção” se refere ao que subsiste do Estado *proletário*, após a revolução socialista. O Estado burguês, segundo Engels, não “se extingue”; é “suprimido” pelo proletariado durante a revolução. O que se extingue, após essa revolução, é o Estado proletário — em outras palavras, um semi-Estado.

2.º) O Estado é um “poder especial de repressão”. Esta definição admirável e extremamente profunda de Engels é enunciada aqui com a mais perfeita clareza. E daí resulta que esse “poder especial de repressão” exercido contra o proletariado pela burguesia, contra milhões de trabalhadores por um punhado de ricos, deve ser substituído por um “poder especial de repressão” exercido pelo proletariado contra a burguesia (a ditadura do proletariado). É nisso que consiste a “supressão do Estado enquanto Estado”. E é nisso que consiste o “ato” de tomada de posse de meios de produção em nome da sociedade. Resulta daí que *semelhante* substituição de um “poder especial” (o da burguesia) por um outro “poder especial” (o do proletariado) não pode, de nenhuma maneira, ser feita sob a forma de “extinção”.

3.º) Essa “extinção”, ou então, para empregar uma expressão mais metafórica e mais saliente, essa “entrada em letargia”, Engels a relaciona, sem nenhuma ambigüidade possível, à época *consecutiva* à “tomada de posse dos meios de produção pelo Estado em nome de toda a sociedade”, isto é, *consecutiva* à revolução socialista. Todos nós sabemos que, nesse momento, a forma política do “Estado” é a democracia mais completa. Mas não vem ao espírito de nenhum dos oportunistas, que desnaturalizam desavergonhadamente o marxismo, que se trata, neste caso, para Engels, da “entrada em letargia” e da “extinção” da *democracia*. Isto parece muito estranho à primeira vista. No entanto, não é “ininteligível” para quem refletiu no fato de que a democracia é



também um Estado e que, conseqüentemente, quando o Estado desaparecer, a democracia igualmente desaparecerá. Só a revolução pode "suplicar" o Estado burguês. O Estado em geral, isto é, a democracia mais completa, só pode "extinguir-se".

4.º) Formulando sua famosa tese: "o Estado se extingue", Engels explica concretamente que ela é dirigida tanto contra os oportunistas quanto contra os anarquistas. O que vem em primeiro lugar para Engels é a conclusão, tirada de sua tese sobre a "extinção do Estado", que visa os oportunistas.

Pode-se apostar que em 10 000 pessoas que leram algo a respeito da "extinção" do Estado ou ouviram falar, 9 990 ignoram completamente ou se lembram apenas das conclusões dessa tese. Engels não as dirige *unicamente* contra os anarquistas. E, quanto às outras dez pessoas, nove seguramente não sabem o que é o "Estado popular livre" e porque, atendo-se a essa palavra de ordem também se atêm aos oportunistas. Assim se escreve a história! Assim se acomoda insensivelmente a grande doutrina revolucionária ao filisteísmo reinante. A conclusão contra os anarquistas foi mil vezes retomada, banalizada, enfiada na cabeça da maneira mais simplista; ela adquiriu a força de um preconceito. Quanto à conclusão contra os oportunistas, foi esfumada e "esquecida"!

O "Estado popular livre" era uma reivindicação inscrita no programa dos social-democratas alemães dos anos 70 e que se tornou, para eles, uma fórmula corrente. Essa palavra de ordem, desprovida de qualquer conteúdo político, não contém senão uma interpretação pequeno-burguesa e enfática do conceito de democracia. Na medida em que nela se fazia legalmente alusão à república democrática, Engels estava disposto a "justificar", "durante algum tempo", essa palavra de ordem com fins de agitação. Mas era uma palavra de ordem oportunista, pois não tendia somente a mascarar a democracia burguesa; ela denotava ainda a incompreensão da crítica socialista de todo Estado em geral. Somos pela república democrática enquanto melhor forma de Estado para o proletariado em regime capitalista; mas não temos o direito de esquecer que a escravidão assalariada é a sorte do povo, mesmo na república burguesa a mais democrática. Depois, todo Estado é um "poder especial de repressão" dirigido contra a classe oprimida. Conseqüentemente, *nenhum* Estado é livre *nem* popular. Isso, Marx e Engels explicaram várias vezes a seus camaradas de partido nos anos 70.

5.º) Essa mesma obra de Engels, da qual todos se lembram que contém um raciocínio a respeito da extinção do Estado, contém outro sobre a importância da revolução violenta. A apreciação histórica de seu papel se transforma em Engels em um verdadeiro panegírico da revolução violenta. Disso "ninguém se lembra"; não é mais costume, nos partidos socialistas de nossos dias, falar da importância dessa idéia, nem mesmo pensar sobre ela; na propaganda e na agitação cotidianas entre as massas, essas idéias não desempenham nenhum papel. E no entanto elas estão indissolúvelmente ligadas à idéia da "extinção" do Estado, com a qual formam um todo harmonioso.

Eis esse raciocínio de Engels:

"(...) Que a violência desempenhe ainda na história um outro papel" (além de ser fonte do mal), "um papel revolucionário; que, segundo as palavras de Marx, seja a parteira de toda velha sociedade que traz uma nova em seus flancos; que seja o instrumento graças ao qual o movimento social vence e faz em pedaços formas políticas e mortas — a respeito disso, nenhuma palavra do Sr. Dühring. E nos suspiros e nos gemidos que admite que a violência seja talvez necessária para destruir o regime econômico de exploração — infelizmente! Pois todo emprego da violência desmoraliza aquele que a emprega. E dizer que se afirma isso em presença do alto progresso moral e intelectual que foi a conseqüência de toda revolução vitoriosa! Dizer que se afirma isso na Alemanha em que um choque violento, que pode mesmo ser imposto ao povo, teria ao menos a vantagem de extirpar a servilidade que, após a humilhação da Guerra dos Trinta Anos, penetrou na consciência nacional! Dizer que essa mentalidade de pregador sem arrojo, sem sabor e sem força, tem a pretensão de se impor ao partido mais revolucionário que conhece a história." (*Anti-Dühring*. 3.ª ed. alemã. Fim do cap. IV, 2.ª parte, p. 193).

Como poder-se-ia conciliar numa mesma doutrina esse panegírico da revolução violenta, do qual Engels não cessou de falar aos social-democratas de 1878 a 1894, isto é, até sua própria morte, e a teoria da "extinção" do Estado?

Ordinariamente, são conciliados de maneira eclética, por um processo empírico ou sofista, tomando-se arbitrariamente (ou para agradar aos detentores do poder) tanto um como outro desses raciocínios; e é a "extinção" que, 99 em 100 vezes, senão mais, é colocada em primeiro plano. O eclétismo substitui a dialética: é, com respeito ao marxismo, a coisa mais habitual, mais difundida na literatura social-democrata oficial de nossos dias. Semelhante substituição não constitui, certamente, uma novidade: pôde-se observá-la mesmo na história da filosofia grega



clássica. Na falsificação oportunista do marxismo, a falsificação eclética da dialética é o que engana as massas com mais facilidade; ela lhes dá um semblante de satisfação, simula levar em conta todos os aspectos do processo, todas as tendências da evolução, todas as influências contraditórias, etc., mas, na realidade, ela não apresenta nenhuma idéia coerente e revolucionária do desenvolvimento da sociedade.

Já dissemos acima, e o mostraremos mais detalhadamente no decorrer de nossa exposição, que a doutrina de Marx e de Engels, segundo a qual uma revolução violenta é inelutável, diz respeito ao Estado burguês. Este *não pode* dar lugar ao Estado proletário (à ditadura do proletariado) através da “extinção”, mas somente, em regra geral, através de uma revolução violenta. O panegírico que Engels lhe consagra concorda plenamente com numerosas declarações de Marx (lembramos-nos da conclusão da *Miséria da Filosofia* e do *Manifesto comunista* proclamando, orgulhosamente, abertamente, que a revolução violenta é inelutável; lembramos-nos da *Crítica do programa de Gotha*, em 1875, perto de trinta anos depois, em que Marx flagela implacavelmente o oportunismo desse programa. Esse panegírico não é, de modo algum, o efeito de uma “admiração”, nem uma declamação, nem um capricho polêmico. A necessidade de inculcar sistematicamente nas massas *essa* idéia — e precisamente essa — da revolução violenta, está na base de *toda* a doutrina de Marx e de Engels. A traição de sua doutrina pelas tendências social-chauvinista e kautskista, hoje predominantes, exprime-se com relevo singular no esquecimento, pelos partidários tanto de uma como de outra, *dessa* propaganda, dessa agitação.

Sem revolução violenta, é impossível substituir o Estado burguês pelo Estado proletário. A supressão do Estado proletário, isto é, a supressão de todo Estado, só é possível através da “extinção”.

Marx e Engels desenvolveram essas concepções de maneira minuciosa e concreta, estudando cada situação revolucionária tomada à parte, analisando os ensinamentos tirados da experiência de cada revolução. Chegamos a esta parte, incontestavelmente a mais importante, de sua doutrina.

## 9. AS TAREFAS FUNDAMENTAIS DA DITADURA DO PROLETARIADO E DO PARTIDO COMUNISTA NA RÚSSIA \*

As tarefas fundamentais da ditadura do proletariado na Rússia consistem hoje em levar até o fim, em acabar a expropriação dos proprietários fundiários e da burguesia, e em transmitir em toda propriedade à república dos soviets as fábricas, indústrias, estradas de ferro, bancos, frota e outros meios de produção e de troca;

— em utilizar a união dos operários das cidades e dos camponeses pobres, à qual já se deve a abolição da propriedade privada da terra e a lei sobre a forma de passagem da pequena exploração camponesa ao socialismo, forma que os ideólogos modernos dos camponeses que passaram para o lado do proletariado chamaram de socialização da terra, para a passagem gradual, mas incessante em direção do trabalho coletivo da terra, em direção de uma grande agricultura socialista;

— em reforçar e em desenvolver a república federativa dos soviets, enquanto forma de democracia infinitamente mais elevada e mais progressiva que o parlamentarismo burguês, e enquanto único tipo de Estado que corresponde, com base na experiência da Comuna de Paris de 1871 e das revoluções russas de 1905 e de 1917-1918, ao período de transição do capitalismo ao socialismo, isto é, ao período da ditadura do proletariado;

— em utilizar a fundo e em todos os domínios a chama da revolução socialista mundial acesa na Rússia, a fim de levar a revolução aos países mais adiantados e, em geral, a todos os países, paralisando

\* Reproduzido de LÊNIN, V. I. “Les tâches fondamentales de la dictature du prolétariat en Russie.” In: *Œuvres*. Paris/Moscou, Éditions Sociales/Éditions en Langues Étrangères, 1962. v. 29, março/agosto de 1919, p. 101-14; e LÊNIN, V. I. “La situation internationale de la République des Soviets de Russie et les tâches essentielles de la révolution socialiste.” In: *Œuvres*. Paris/Moscou, Éditions Sociales/Éditions en Langues Étrangères, 1961. v. 27, fevereiro/julho de 1918, p. 249-51.



as tentativas dos Estados burgueses, imperialistas, de se imiscuir nos negócios internos da Rússia ou de se unir para a luta direta e para a guerra contra a República socialista soviética; em aniquilar completamente, com uma série de medidas graduais, mas inflexíveis, o comércio privado, organizando uma troca regular e metódica das mercadorias entre as comunas de produção e de consumo do conjunto econômico único que deve se tornar a república dos soviets.

Desenvolvendo mais concretamente as tarefas gerais do poder soviético, o P.C.R. as definiu para o período atual da seguinte maneira:

### No domínio político

Se, antes da conquista do poder político pelo proletariado, a utilização da democracia burguesa e, em particular, do parlamentarismo, era (absolutamente) indispensável para educar politicamente e organizar as massas operárias, hoje, que o proletariado detém o poder e a república dos soviets realiza um tipo de democracia superior, qual quer passo para trás em direção do parlamentarismo burguês, em direção da democracia burguesa, seria, incontestavelmente, uma defesa reacionária dos interesses dos exploradores, proprietários latifundiários e capitalistas. Os *slogans* que exaltam uma assim dita democracia geral, uma democracia para todos, para toda a nação, fora das classes, mas de fato uma democracia burguesa, só podem servir aos interesses dos exploradores; enquanto subsistir a propriedade privada da terra e dos outros meios de produção, a república mais democrática continuará a ser, inevitavelmente, uma ditadura da burguesia, uma máquina para oprimir a imensa maioria dos trabalhadores por um punhado de capitalistas.

A tarefa histórica que incumbe à república soviética, tipo de Estado novo, de transição para a supressão completa do Estado, consiste em:

1) Criar e desenvolver, em todos os domínios, uma organização de massa das classes oprimidas pelo capitalismo, isto é, o proletariado e o semiproletariado. No melhor dos casos, a república democrática burguesa admitiria a organização das massas exploradas no sentido de que a declararia livre. De fato, entretanto, levantaria sem cessar inumeráveis obstáculos a essa organização, obstáculos inevitavelmente ligados à propriedade privada dos meios de produção. O poder soviético, pela primeira vez na história, não só facilita por todas as maneiras a

organização das massas oprimidas pelo capitalismo, mas faz dessa organização o fundamento permanente de todo o aparelho de Estado, de baixo ao alto, tanto no plano local quanto no plano central. É o único meio de realizar de fato a democracia para a maioria da população, isto é, a participação real da enorme maioria do povo, dos trabalhadores na direção do Estado, em lugar dessa direção ser assegurada, na realidade, principalmente por representantes das classes burguesas, como é o caso nas repúblicas burguesas mais democráticas.

2) A organização soviética do Estado dá certa prioridade de fato à parte das massas laboriosas mais concentrada, mais unida, mais esclarecida e mais imersa na luta por todo o desenvolvimento capitalista que precedeu o socialismo, isto é, ao proletariado industrial das cidades. Esta prioridade deve ser utilizada firme e sistematicamente, a fim de fazer contrapeso aos interesses estreitamente corporativos e estreitamente profissionais que o capitalismo cultivava entre os trabalhadores para dividi-los em grupos concorrentes, para unir mais intimamente as massas mais atrasadas e mais dispersas de camponeses proletários e semiproletários aos operários de vanguarda, para subtraí-los à influência dos kulaks e da burguesia rural, para organizá-los e para educá-los para a construção do comunismo.

3) A democracia burguesa, ao mesmo tempo em que proclamava solenemente a igualdade de todos os cidadãos, mascarava hipocritamente a dominação dos capitalistas exploradores e enganava as massas fazendo-as crer que podia existir uma igualdade real entre exploradores e explorados. A organização soviética do Estado liquida essa mentira e essa hipocrisia, realizando uma verdadeira democracia, isto é, uma igualdade real entre todos os trabalhadores, sendo os exploradores excluídos da sociedade. A experiência da história mundial, de todas as revoltas das classes oprimidas contra seus opressores, mostra que é impossível evitar uma resistência longa e obstinada dos exploradores na luta para a manutenção de seus privilégios. A organização soviética do Estado está aparelhada para esmagar essa resistência, sem o que não poderia haver revolução comunista vitoriosa.

4) O tipo soviético de Estado permite também uma ação mais direta das massas laboriosas na edificação e na administração do Estado, isto é, uma forma mais elevada de democracia, primeiramente devido ao fato de que a organização das eleições e a possibilidade de realizá-las mais freqüentemente, bem como as condições da renovação dos organismos e da convocação dos deputados, são mais cómodas e



burguesa mais democrática, foram completamente destruídas. Entretanto, nossa luta contra a burocracia está longe de estar terminada. A burocracia tenta reconquistar uma parte das posições perdidas, contando, de um lado, com o baixo nível cultural da população e, de outro, com a tensão extrema, quase sobre-humana, das forças da parte mais adiantada dos operários das cidades no trabalho militar. É por isso que, se se quiser continuar a construir o socialismo, é indispensável e urgente prosseguir na luta contra a burocracia.

9) O trabalho, nesse sentido, que está indissoluvelmente ligado à realização da principal tarefa histórica do poder soviético, isto é, a supressão completa do Estado, deve consistir, em primeiro lugar, em que cada membro de um Soviete precisa desempenhar absolutamente uma tarefa determinada na administração do Estado; em segundo lugar, em que tais tarefas sejam trocadas alternadamente, de maneira a abarcar todo o ciclo dos negócios concernentes à administração do Estado, todos os ramos desta; em terceiro lugar, paralelamente às medidas tomadas progressivamente e com discernimento, mas de modo constante, em que toda a população laboriosa seja chamada a tomar uma parte pessoal na administração do Estado.

10) De um ponto de vista geral, a diferença entre a democracia burguesa, parlamentar, e a democracia soviética ou proletária se reduz, de fato, a que a primeira situa seu centro de gravidade na proclamação solene e pomposa de todas as espécies de liberdades e de direitos, embora impedindo a maioria da população, isto é, os operários e os camponeses, de usufruí-los mesmo de maneira pouco suficiente. A democracia proletária ou soviética, ao contrário, está centrada não na proclamação de direitos e de liberdades para todo o povo, mas na garantia real de que as massas laboriosas, que eram oprimidas e exploradas pelo capital, terão verdadeiramente acesso à direção do Estado, poderão verdadeiramente utilizar os melhores edifícios e locais para suas reuniões e seus congressos, dispor das melhores tipografias e dos maiores estoques de papel para a instrução daqueles que o capital embruteceia, sob a segurança de que essas massas terão realmente (praticamente) a possibilidade de se libertar, pouco a pouco, do peso dos preconceitos religiosos, etc., etc. Uma das tarefas mais importantes do poder soviético, que deve ser prosseguida sem interrupção, consiste, pois, em dar aos trabalhadores e aos explorados a possibilidade de usufruir realmente todos os bens da cultura, da civilização e da democracia.

Na questão nacional, a política do P.C.R., diferentemente das proclamações da democracia burguesa sobre a igualdade das nações,

estão mais ao alcance dos trabalhadores das cidades e do campo do que na melhor forma de democracia burguesa.

5) Em segundo lugar, devido ao fato de que, sob o poder soviético, a circunscrição eleitoral de base, a célula fundamental do Estado, não é territorial, mas econômica, industrial (indústria, fábrica). Esta ligação mais estreita entre o aparelho do Estado e as massas de proletários adiantados, reunidos pelo capitalismo, produz, além de uma democracia superior, a possibilidade de realizar profundas transformações socialistas.

6) A organização soviética permitiu a criação de uma força armada de operários e de camponeses muito mais ligada que antes às massas de trabalhadores e de explorados. Sem isso, seria impossível realizar uma das condições fundamentais da vitória do socialismo, isto é, o armamento dos operários e o desarmamento da burguesia.

7) A organização soviética deu um desenvolvimento infinitamente mais amplo a esse aspecto da democracia burguesa, que fez desta última um grande progresso histórico com relação à Idade Média, ou seja, a participação da população na escolha dos funcionários. Jamais, em nenhum dos Estados burgueses mais democráticos, as massas laboriosas desfrutaram praticamente o direito de voto que a burguesia lhes outorgava formalmente, mas que de fato restringia, numa medida mesmo aproximadamente tão ampla, tão freqüente, tão geral, tão simples e tão fácil como sob o poder soviético. Este, porém, eliminou, ao mesmo tempo, os lados negativos da democracia burguesa, cuja demolição a Comuna de Paris já tinha iniciado e cuja estreiteza e limitação o marxismo havia desvendado há muito tempo, especialmente quanto à separação dos poderes legislativo e executivo. Reunindo esses poderes, os Sovietes reaproximam o aparelho de Estado das massas laboriosas e suprimem a barreira constituída pelo parlamento burguês, que enganava as massas com suas etiquetas hipócritas, a qual acobertava as agiotagens financeiras e bolsistas dos negociantes parlamentares e assegurava a inviolabilidade do aparelho burguês de administração do Estado.

8) É somente graças à organização soviética do Estado que a revolução do proletariado pôde quebrar de uma vez e destruir de cabo a rabo o velho aparelho de Estado burguês, sem o que a edificação do socialismo não poderia nem mesmo ter sido abordada. No momento atual, na Rússia, as fortalezas da burocracia, que acorrentavam em todas circunstâncias o poder de Estado aos interesses dos proprietários fundiários e dos capitalistas, tanto sob a monarquia quanto na república



irrealizável sob o imperialismo, consiste em aproximar e em unir sistematicamente os proletários e as massas laboriosas de todas as nações em sua luta revolucionária para a destruição da burguesia. A descon-fiança para com os grão-russos, herdada da época do imperialismo grão-russo, do czarismo e da burguesia, desaparece rapidamente entre as massas trabalhadoras das nações que faziam parte do Império russo, ela desaparece à medida que essas massas aprendem a conhecer a Rússia soviética, embora ainda subsista em algumas nações e em algumas camadas de trabalhadores. Onde a necessidade de abordar o sentimento nacional com muitas precauções, de assegurar cuidadosamente a igualdade das nações e sua liberdade de separação, a fim de cortar as raízes da desconfiança e de se conseguir com que se realize voluntariamente uma união estreita das repúblicas soviéticas de todas as nações. É preciso reforçar o auxílio às nações atrasadas e fracas, cooperando para a organização independente e a educação dos operários e camponeses de cada nação na luta contra a opressão medieval e burguesa; é preciso, igualmente, auxiliar através da cooperação no desenvolvimento da língua e da literatura das nacionalidades, até então oprimidas ou que não gozavam de direitos iguais.

No domínio da política religiosa, a tarefa da ditadura do proletariado do P.C.R. é não se contentar com o decreto sobre a separação da Igreja e do Estado, da escola e da Igreja, medidas que a democracia burguesa prometera mas que jamais aplicara completamente por causa das múltiplas ligações de fato entre o capital e a propaganda religiosa. A ditadura do proletariado deve destruir até o fim as ligações que existem entre as classes exploradoras, proprietárias fundiárias e capitalistas, de um lado, e a organização da propaganda religiosa, de outro, que visam manter as massas na ignorância. Deve fazer tudo para libertar realmente as massas laboriosas dos preconceitos religiosos, e isso por meio da propaganda e de uma elevação da consciência das massas, evitando cuidadosamente, ao mesmo tempo, ferir os sentimentos da parte crente da população e reforçar o fanatismo religioso.

No domínio da instrução pública, o P.C.R. tem por tarefa levar a bom termo a obra empreendida na revolução de outubro de 1917, de transformação da escola como instrumento de dominação de classe da burguesia em instrumento de destruição dessa dominação, bem como de supressão completa da divisão da sociedade em classes.

Durante o período de ditadura do proletariado, isto é, de preparação das condições que tornarão possível a plena realização do comunismo, a escola deve ser o veículo não só dos princípios comunistas

em geral, mas da influência de idéias, de organização e de educação do proletariado sobre os trabalhadores semiproletários e não proletários, a fim de formar a geração que poderá realizar definitivamente o comunismo.

Nesse sentido, as primeiras tarefas a realizar atualmente são as seguintes:

- 1) Instituir a instrução gratuita e obrigatória, geral e politécnica (isto é, que ensina a teoria e a prática de todos os principais ramos da produção), para as crianças dos dois sexos até 16 anos.
  - 2) Criar estreita ligação entre o ensino e o trabalho socialmente produtivo.
  - 3) Assegurar a todos os alunos a alimentação, o uniforme e os fornecimentos escolares às custas do Estado.
  - 4) Reforçar a agitação e a propaganda entre os professores.
  - 5) Preparar os quadros de um novo corpo docente experiente nas idéias do comunismo.
  - 6) Chamar a população laboriosa a tomar parte ativa na educação (desenvolvimento dos conselhos de educação popular, mobilização das pessoas instruídas, etc.).
  - 7) Através do poder soviético, auxiliar eficazmente os operários e os camponeses trabalhadores a se instruírem por si mesmos (criação de bibliotecas, de cursos de adultos, de universidades populares; de conferências, cinemas, estúdios, etc.).
  - 8) Desenvolver, o mais amplamente possível, a propaganda das idéias comunistas.
- Mais concretamente, o P.C.R. definiu da seguinte maneira as tarefas gerais do poder soviético no momento atual:

### No domínio econômico

O poder soviético tem hoje por tarefa:

1.º) prosseguir até o fim a expropriação da burguesia, já começada e terminada no essencial; fazer da propriedade dos meios de produção e de trocas a da República soviética, isto é, a propriedade coletiva de todos os trabalhadores.

2.º) Cuidar particularmente em desenvolver e reforçar a disciplina fraternal dos trabalhadores, em elevar em todos os domínios seu espírito de iniciativa e seu senso de responsabilidade. Este é o principal



meio, senão o único, para triunfar definitivamente sobre o capitalismo e superar os hábitos criados pela dominação da propriedade privada dos meios de produção. Para atingir esse fim, é preciso um longo, paciente trabalho de redução das massas; essa redução é doravante não só possível, agora que as massas viram com seus próprios olhos a eliminação dos proprietários fundiários, dos capitalistas e dos comerciantes, mas efetua-se realmente por mil caminhos, através da experiência vivida dos operários e dos camponeses. É extremamente importante, a esse respeito, trabalhar para o desenvolvimento da união dos trabalhadores no plano profissional, união que jamais, em nenhum país do mundo, avançou tão rapidamente como sob o poder soviético, mas que deve ser estimulada até a reunião de todos os trabalhadores, sem exceção, em sindicatos de indústria bem organizados, centralizados e disciplinados. Sem nos limitarmos de modo algum à antiga estrutura do movimento sindical, devemos, sistematicamente, verificando cada passo segundo os resultados práticos já adquiridos, de um lado transformar os sindicatos em organismos de gestão de toda a economia (a aproximação e uma estreita ligação dos sindicatos com o Conselho superior da economia nacional, com o Comissariado do Trabalho, e depois com todos os outros setores da administração do Estado que devem se desenvolver e se reforçar); de outro lado, aumentar o papel dos sindicatos como organismos de educação profissional e socialista de toda a massa laboriosa, de maneira que, sob o controle da vanguarda operária, as camadas de operários mais atrasadas dividam a experiência adquirida na gestão.

3.º) O aumento da produtividade do trabalho é uma de nossas tarefas fundamentais, caso contrário é inconcebível a passagem definitiva para o comunismo. Para esse fim, além de um longo trabalho de instrução das massas e de elevação de seu nível cultural, é preciso utilizar, imediatamente, amplamente e em todos os domínios, os especialistas da ciência e da técnica que o capitalismo nos legou e que estão, naturalmente, alimentados com concepções e hábitos burgueses. Em cooperação estreita com os sindicatos, o Partido deve continuar a seguir sua linha de sempre: de um lado, não fazer a menor concessão política a essa camada burguesa e esmagar impiedosamente qualquer veleidade contra-revolucionária; de outro lado, lutar de maneira também impiedosa contra o que se diz radicalismo, que, de fato, é apenas grosseira fatuidade, pretendendo que os trabalhadores sejam capazes de chegar ao fim do capitalismo e do regime burguês sem aprender com os especialistas burgueses, sem utilizá-los, sem ter seguido uma longa escola de trabalho a seu lado.

Embora tenhamos por objetivo uma igualdade completa na distribuição do trabalho e o comunismo integral, é-nos absolutamente impossível, no instante, visar à realização dessa igualdade, pois estamos ainda nos primeiros passos da transição do capitalismo para o comunismo. Por essa razão que é necessário manter, durante certo tempo, vencimentos mais elevados para os especialistas, para que possam trabalhar não pior, mas melhor que antes. Com o mesmo fim, não devemos rejeitar o sistema de prêmios para um trabalho melhor e, particularmente, para o trabalho de organização. Os prêmios serão inadmissíveis sob o comunismo integral, mas, no período de transição do capitalismo para o comunismo, eles são inevitáveis, como o mostram diversas considerações teóricas e o primeiro ano de experiência do poder soviético.

Ao mesmo tempo, é preciso fazer tudo para que os especialistas burgueses se sintam cercados por um ambiente fraternal de trabalho coletivo, de mãos dadas com a massa dos operários, sob a direção de comunistas conscientes. Com muita paciência, e sem se deixar desencorajar por inevitáveis fracassos, é preciso aplicar-se em despertar naqueles que possuem uma formação científica, a consciência de tudo o que há de infame em usar a ciência para proveito pessoal e para a exploração do homem, a consciência de que há uma tarefa mais nobre, a de utilizar a ciência para torná-la conhecida de todos os trabalhadores.

4.º) A realização do comunismo, que exige indiscutivelmente a maior e mais estrita centralização do trabalho na escala do Estado, supõe, por isso mesmo, que se acabe com a dispersão e o isolamento dos operários no plano profissional e no plano local, que constituam uma das fontes da potência do capital e da fraqueza do mundo do trabalho. A luta contra a estreiteza e o egoísmo corporativos, intimamente ligada à luta para fazer desaparecer a oposição entre a cidade e o campo, comporta grandes dificuldades e não pode ser empreendida em vastas proporções sem antes ter-se elevado consideravelmente a produtividade do trabalho. Mas essa tarefa que deve, entretanto, ser abordada sem demora, só o será inicialmente num quadro local restrito e a título de experiência, para poder comparar o resultado das diversas medidas que serão tomadas em diferentes profissões e em diferentes lugares. A mobilização de toda a população apta ao trabalho pelo poder soviético, com a colaboração dos sindicatos, para a execução de trabalhos de interesse geral, deve ser efetuada muito mais amplamente e de maneira mais sistemática do que se fez até agora.



5.º) No domínio da distribuição, a tarefa do poder soviético, no momento atual, é continuar firmemente a substituir o comércio por uma distribuição dos produtos planificada e organizada em escala do Estado. O fim é organizar toda a população em comunas de produção e de consumo capazes de distribuir todos os produtos necessários da maneira mais rápida, mais metódica, mais econômica e que exija o mínimo de mão-de-obra, centralizando estritamente o aparelho de distribuição. As cooperativas constituem um meio intermediário para atingir esse fim. Sua utilização é um problema análogo ao dos especialistas burgueses, na medida em que, à cabeça do aparelho cooperativo que o capitalismo nos levou, se encontram pessoas com hábitos burgueses de pensamento e de gestão econômica. O P.C.R. deve prosseguir sistematicamente sua política, isto é, obrigar todos os membros do partido a trabalhar nas cooperativas, dirigi-los também com o auxílio dos sindicatos num espírito comunista, desenvolver a iniciativa e a disciplina da população laboriosa agrupada nas cooperativas, fazer com que estas englobem toda a população e que se fundam, de alto a baixo, numa cooperativa única para toda a república dos Sovietes; finalmente, o que é o mais importante, o Partido deve fazer com que a influência do proletariado sobre as outras camadas de trabalhadores seja sempre dominante, e que em todos os lugares sejam praticamente experimentadas as diferentes medidas que visam a facilitar e a assegurar a passagem das cooperativas pequeno-burguesas do tipo antigo, capitalista, às comunas de produção e de consumo dirigidas pelos proletários e semiproletários.

6.º) É impossível suprimir a moeda logo nos primeiros tempos da passagem do capitalismo para o comunismo. Em consequência, os elementos burgueses da população continuam a utilizar a moeda, que permanece propriedade privada e que atesta o direito dos exploradores de obter os bens da sociedade, com fins de especulação, de lucro e de espoliação dos trabalhadores. Para sustentar a luta contra essa sobrevivência da pilhagem burguesa, a nacionalização dos bancos, por si só, não é suficiente. O P.C.R. se esforçará em tomar, tão rapidamente quanto possível, as medidas mais radicais para preparar a supressão da moeda, que será substituída, em primeiro lugar, por cadernetas de caixa econômica, cheques, cédulas de curto prazo que dão direito a diversos produtos, etc., o depósito obrigatório do dinheiro nos bancos, etc. A experiência da preparação e da aplicação dessas medidas e de outras semelhantes mostrará quais são as mais racionais.

7.º) Em matéria financeira, em todos os casos em que se apresentar a possibilidade, o P.C.R. deverá estabelecer um imposto pro-

gressivo sobre a renda e sobre a propriedade. Mas estes casos não podem ser numerosos, depois da abolição do direito de propriedade privada sobre a terra e sobre a maioria das fábricas, usinas e outras empresas. Na época da ditadura do proletariado e da propriedade dos mais importantes meios de produção nas mãos do Estado, as finanças públicas devem estar baseadas na consignação imediata às necessidades do Estado de uma parte das rendas dos diversos monopólios do Estado. O equilíbrio entre as receitas e as despesas só poderá ser obtido por um bom processamento da troca das mercadorias, ao qual se chegará pela organização das comunas de produção e de consumo e pela reconstituição dos transportes, e que constitui uma das tarefas imediatas mais importantes do poder soviético.

### No domínio agrário

Após a abolição da propriedade privada da terra, a expropriação [quase] completa dos proprietários fundiários e a promulgação da lei sobre a socialização da terra, que concede prioridade às grandes explorações coletivas, a principal tarefa do poder soviético consiste em procurar e em experimentar as medidas transitórias mais racionais e práticas nessa direção.

Diante dessa situação, a linha fundamental e o princípio diretor da política agrária do P.C.R. consistem sempre em se apoiar nos elementos proletários e semiproletários do campo. É preciso, antes de tudo, organizá-los numa força independente, aproximá-los do proletariado das cidades e arrancá-los da influência da burguesia rural e dos interesses inerentes à pequena propriedade. A organização dos comitês de camponeses pobres foi um passo nesse sentido; a organização de células do partido no campo, a renovação dos deputados aos Sovietes, com exclusão dos kulaks, a criação de um tipo particular de sindicato agrupando os proletários e os semiproletários do campo, todas essas medidas e outras análogas devem ser rigorosamente aplicadas.

No que concerne aos kulaks e à burguesia rural, a política do P.C.R. consiste em lutar resolutamente contra suas veleidades de exploração, em reprimir qualquer oposição de sua parte à política soviética, socialista.

No que concerne aos camponeses médios, a política do P.C.R. consiste em tratá-los com prudência; é preciso separá-los dos kulaks e não se deve, em nenhum caso, estender as medidas de repressão aos camponeses médios; por sua situação de classe, os camponeses médios



podem ser um aliado do poder proletário quando da passagem para o socialismo, ou, pelo menos, ser um elemento neutro. É por essa razão que, apesar de alguns fracassos inevitáveis e apesar das hesitações dos camponeses médios, é preciso fazer tudo para chegar a um acordo com eles, dando ouvidos às suas reivindicações e fazendo-lhes concessões na escolha dos meios para aplicar as transformações socialistas. Um dos primeiros lugares a esse respeito deve ser reservado à luta contra o excesso de representantes do poder soviético que, abusando de seu nome de comunistas, praticam, na realidade, uma política não comunista, mas burocrática, autoritária; estes elementos devem ser expulsos sem piedade, pelo exercício de um controle mais estrito, com o auxílio dos sindicatos ou por outros meios.

No que concerne às medidas de passagem para a agricultura comunista, o P.C.R. examinará conforme a prática as três medidas já postas em aplicação: as explorações soviéticas, as comunas agrícolas e as sociedades (ou associações) de cultura coletiva, cuidando para que essas medidas sejam ampliadas e corrigidas, e preocupando-se particularmente com os meios de desenvolver a participação voluntária dos camponeses nessas novas formas de associações agrícolas, bem como com a organização dos camponeses laboriosos para realizar o controle a partir de baixo e uma disciplina fraternal.

No domínio da política de abastecimento, o P.C.R. é pelo reforço e pelo desenvolvimento do monopólio de Estado, sem recusar a utilização das cooperativas, dos comerciantes privados ou dos empregados de comércio, nem a aplicação de um sistema de prêmios, sob reserva de um controle do poder soviético e com a condição de obter melhores resultados do ponto de vista da organização. As concessões parciais que é preciso fazer, de vez em quando, são exclusivamente ditadas por uma recrudescência particular das necessidades e jamais devem fazer com que renunciemos à nossa vontade bem arraigada de realizar o monopólio de Estado. Este é de difícil realização num país de pequena cultura, exige longo trabalho e o experimento na prática de uma série de medidas intermediárias que conduzem, por caminhos diversos, ao mesmo fim, isto é, a uma organização geral e a um funcionamento regular das comunas de produção e de consumo, com entrega ao Estado de toda produção excedente.



O desenvolvimento do Partido bolchevique, hoje partido do governo na Rússia, mostra com particular evidência em que consiste a

transformação histórica que atravessamos e que caracteriza o momento político atual, transformação que necessita de nova orientação do poder dos Sovietes, isto é, uma maneira nova de colocar problemas novos.

A primeira tarefa de todo partido do futuro é vencer a maioria do povo da exatidão de seu programa e de sua tática. Essa tarefa figurava em primeiro plano, tanto sob o czarismo quanto na época da política de conciliação prosseguida pelos Tchernov e pelos Tsérétéli com respeito aos Kerenski e aos Kichkine. Atualmente, essa tarefa que, naturalmente, está longe de estar acabada (e jamais poderia ser esgotada até o fim), está realizada no essencial, pois a maioria dos operários e dos camponeses da Rússia, como o mostrou incontestavelmente o último congresso dos soviets em Moscou, estão manifestamente do lado dos bolcheviques.

A segunda tarefa de nosso Partido era conquistar o poder político e esmagar a resistência dos exploradores. Esta tarefa, também, está longe de ser esgotada, e é impossível desconhecê-la, pois os monarquistas e os cadetes, de um lado, e seus subordinados e acólitos, os mencheviques e os socialistas-revolucionários de direito, de outro, continuam seus esforços para se unir com o fim de derrubar o poder dos Sovietes. Mas, no essencial, a tarefa que consistia em esmagar a resistência dos exploradores já foi realizada, no período que vai de 25 de outubro de 1917 a fevereiro de 1918 (aproximadamente), ou na capitulação de Bogaievski.

Uma terceira tarefa, a de organizar a administração da Rússia, inscreve-se atualmente na ordem do dia, como uma tarefa urgente e imediata, característica do momento atual. Acontece que nós a enfrentamos e trabalhamos para resolvê-la logo após 25 de outubro de 1917. Mas, até o presente, enquanto a resistência dos exploradores revestia ainda a forma de uma guerra civil declarada, a tarefa de administração não poderia tornar-se a tarefa principal, a tarefa central.

Ela o é atualmente. Nós, o Partido bolchevique, *convençemos* a Rússia. Nós *conquistamos* a Rússia dos ricos para os pobres, dos exploradores para os trabalhadores. Trata-se agora de *administrá-la*. É a grande dificuldade que caracteriza o momento atual é bem apreender *as particularidades da transição* de um período em que nossa tarefa essencial era converter o povo e esmagar militarmente os exploradores, para o novo período, em que nossa tarefa essencial é a tarefa de *administração*.

Pela primeira vez na história do mundo, um partido socialista pôde acabar, em suas grandes linhas, a conquista do poder e o esma-



gamento dos exploradores, pôde chegar à tarefa de administração. Devemos mostrar-nos dignos realizadores dessa tarefa bastante árdua (e bastante fecunda) da revolução socialista. Devemos *compenetrar-nos desta idéia* de que, para bem administrar, *não basta* saber convencer, não basta saber vencer na guerra civil; é preciso também saber *organizar praticamente*. É a tarefa mais difícil, pois trata-se de organizar de uma nova maneira as bases mais profundas, as bases econômicas, da existência de dezenas e dezenas de milhões de homens. É também a tarefa mais fecunda, pois somente *após* realizá-la (em suas grandes linhas essenciais) é que se poderá dizer que a Rússia *tornou-se* uma República não só soviética, mas também socialista.

## 10. AS DIFICULDADES DE TRANSIÇÃO PARA O SOCIALISMO \*

Camaradas, como vós sem dúvida o sabeis, a questão da atividade política do Comitê central está tão estreitamente ligada a todo o trabalho do partido, a todo o trabalho das administrações soviéticas e ao curso geral da revolução, que não poderia ser problema, pelo menos a meu ver, uma prestação de contas da atividade no sentido do próprio, liberal da palavra. Concebo minha tarefa assim: tentar ressaltar alguns dos acontecimentos mais importantes que são, a meu ver, de alguma maneira, os pontos cruciais de nosso trabalho e da política soviética durante o ano passado, que são os mais característicos entre os acontecimentos que vivemos e que oferecem mais matéria para a reflexão sobre as causas do curso atual da revolução, o alcance das faltas cometidas — que são bastante numerosas — e as lições a tirar para o futuro. Pois, embora seja natural fornecer uma relação da atividade do ano passado, embora o Comitê tenha se aplicado a isso de maneira tão interessante como o seja para o partido, a luta que nos aguarda e que se desenvolve aos nossos olhos nos impõe tarefas tão urgentes, tão difíceis, tão penosas, que exercem tal pressão que dirigimos, apesar de nós, toda nossa atenção para as conclusões a tirar dos acontecimentos passados e para a solução a trazer às tarefas presentes e futuras que prendem toda nossa atenção.

Entre os pontos cruciais de nosso trabalho que mais se assinalaram neste ano e aos quais nossos erros estão mais ligados, o primeiro, a meu ver, é a passagem da guerra para a paz. Todos vós, ou pelo menos a maioria dentre vós, vos lembrais que tentamos essa passagem várias vezes em três anos e meio, sem chegar uma única vez a terminá-la definitivamente, e parece que não chegaremos a isso no presente, pois

\* Reproduzido de LÉNIN, V. I. "Rapport d'activité politique du Comité Central du parti communiste (b) de Russie le 8 mars." In: *Œuvres*. v. 32, dezembro de 1920/agosto de 1921, p. 176-99.